



RELATÓRIO DE GESTÃO

Procuradoria-Geral do Estado / 2021





RICARDO NASSER SEFER

Procurador-Geral do Estado

ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAÚL PERACCHI

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA

Procuradora-Geral Adjunta Administrativo

ROLAND RAAD MASSOUD

Corregedor-Geral

IÊDA ANDRADE FERNANDES ALVETTI

Coordenadora do Núcleo de Planejamento

Procuradoria-Geral do Estado do Pará - Rua dos Tamoios, 1671
CEP: 66.025-540 - Batista Campos - Belém
e-mail: chefiagab@pge.pa.gov.br.
Fone: (91) 3344-2700





P964r Procuradoria-Geral do Estado do Pará

Relatório de Gestão da Procuradoria-Geral do Estado /
Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Belém, 2021.

49p.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO. 2. RELATÓRIO. 3.
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. 4. PGE I. TÍTULO.

CDD: 342.07



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 FOCO NA EXCELÊNCIA	8
1.1 TRANSPARÊNCIA COMO EIXO CENTRAL	9
INFORMAÇÃO É PODER	10
DIALOGAR É DEVER	11
1.2 DESTAQUES	15
EFETIVIDADE	15
EFICÁCIA	16
EFICIÊNCIA	18
2 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
3 O QUE FIZEMOS EM 2021	21
CAPACITAÇÃO	21
OBRA: CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO	22
DEFESA DE DIREITOS DO ESTADO	23
EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ATOS	31
TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO	31
ABASTECIMENTO	32
RECURSOS HUMANOS	33
CONTRATOS	34
4 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	39
5 O QUE IREMOS FAZER EM 2022	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	47

APRESENTAÇÃO

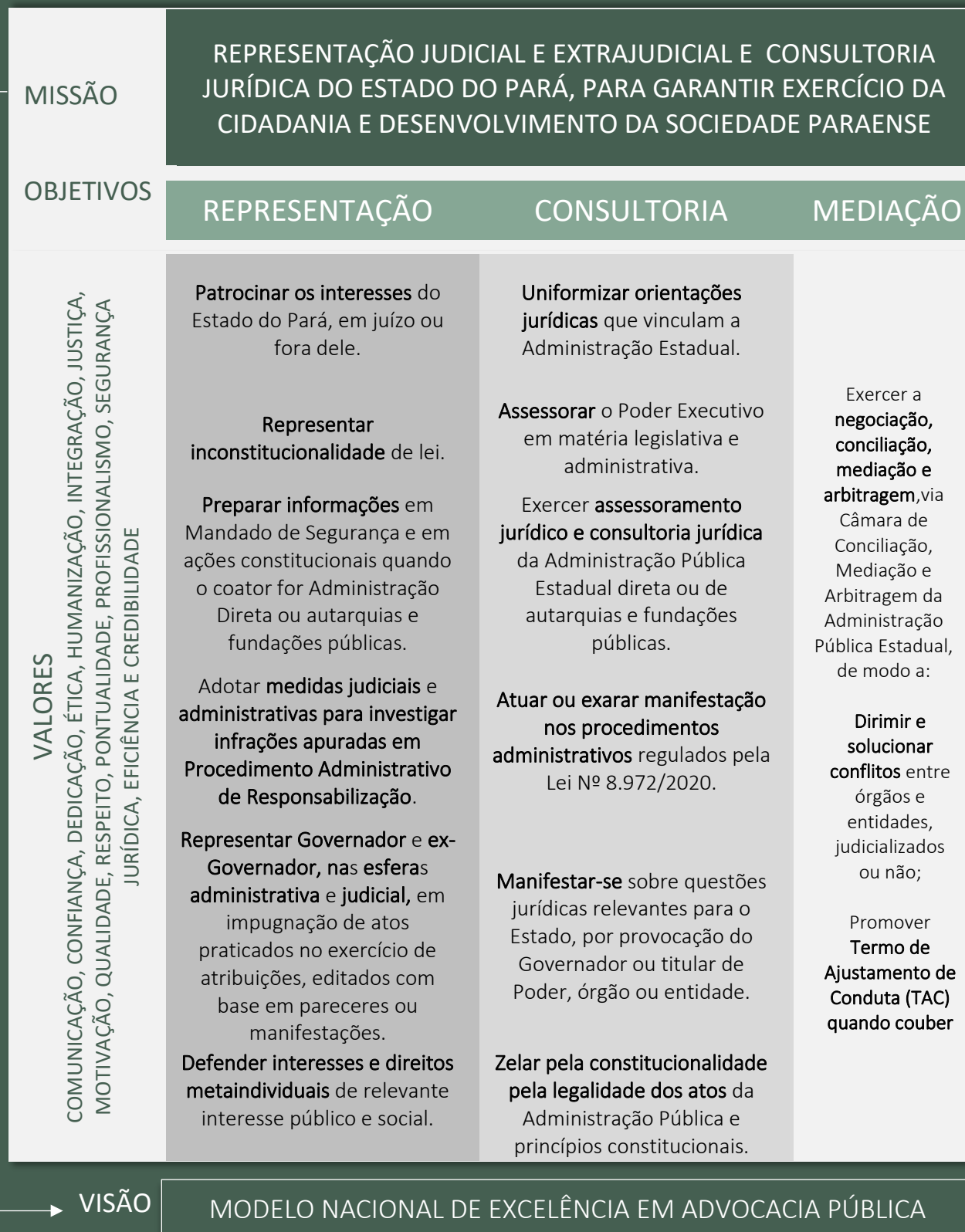
A Procuradoria-Geral do Estado (PGE/PA) é uma instituição permanente, responsável pela representação judicial e extrajudicial, e pela consultoria jurídica do Estado do Pará. Sua missão garante o exercício da cidadania e o desenvolvimento da sociedade paraense.

Os valores que norteiam sua atuação são: comunicação, confiança, dedicação, ética, humanização, integração, justiça, motivação, qualidade, respeito, pontualidade, profissionalismo, segurança jurídica, eficiência e credibilidade.

A visão que o órgão lança para o futuro é tornar-se modelo nacional de excelência na advocacia pública, de forma dinâmica, eficiente e essencial ao controle da legalidade e à defesa das políticas públicas.

Ao longo dos anos a PGE/PA tem consolidado sua atuação como órgão titular da defesa dos direitos de Estado, na perspectiva de gerar valor para a sociedade a curto, médio e longo prazos. O gabinete do Procurador-Geral é ciente da importância da garantia da ordem constitucional e fortalecimento da democracia. Por essa razão, estimula posturas colaborativas e valoriza a transparência para ampliar o *feedback* da sociedade sobre os impactos das políticas públicas.

O infográfico a seguir resulta desse esforço coletivo e consolida em uma única imagem a missão, a visão, os valores e o resumo das competências da PGE/PA.



Infográfico 1: Integração entre missão, valor, objetivos e visão da PGE/PA.



Porter (2001) define o planejamento estratégico como a técnica gerencial que reúne ferramentas que possibilitam às organizações conhecer seus desafios e oportunidades. Nessa mesma linha, Drucker (1998) define o planejamento estratégico como a antecipação de ações para alcançar objetivos e premissa fundamental da boa gestão. Tal entendimento corrobora com o pensamento de Matias-Pereira (2009), que aponta o planejamento estratégico como prática vital em qualquer organização.

Nesse contexto de orientar ações para gerar resultados consistentes para a sociedade, o serviço público não pode ignorar o planejamento estratégico, em especial por estar inserido em um ambiente fortemente marcado pelo controle social e guiado pela transparência. O grande desafio é transformar a gestão burocrática em estruturas mais flexíveis e empreendedoras, capazes de melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

Alguns autores (HART; WILLE, 2012) informam que os objetivos traçados nos programas de governo desempenham três funções: i) orientar processos; ii) escolher instrumentos; e iii) criar parâmetros de avaliação. Segundo essa abordagem, o planejamento estratégico faz a ligação entre a administração e a decisão política, e representa o mecanismo de orientação da “caixa preta” que caracteriza a burocracia.

O Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1995) trouxe novos cenários para o fortalecimento da governança pública, com ampliação da capacidade financeira e administrativa do poder público e estímulo a entregas baseadas no critério eficiência. Para isso, Diniz (2001) aponta como elementos da governança pública: i) metas coletivas; e ii) colaboração; e iii) transparência.

Na administração pública, ainda que a Lei Orçamentária Anual (LOA) esteja no nível operacional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no nível tático, e o Plano Plurianual (PPA) no nível estratégico, Paludo (2017) defende que o ciclo de elaboração e execução orçamentário requer a aplicação do planejamento estratégico em todas as fases, do início ao fim.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento estratégico que sistematiza diretrizes, programas, indicadores, objetivos, metas e ações do poder público no período de quatro anos, classificado como médio prazo. O atual PPA tem vigência entre 2020 e 2023 e expressa a necessidade de compartilhar responsabilidades a partir das seguintes diretrizes: i) sociedade de direitos; ii) crescimento inteligente; iv) equilíbrio fiscal e v) modernização institucional.



A regionalização é elemento central do PPA vigente. Nesse contexto, a PGE/PA assumiu compromissos relacionados a uma governança orientada a resultados nas regiões GUAJARÁ, BAIXO AMAZONAS e CARAJÁS em dois programas: i) GOVERNANÇA PÚBLICA; e ii) MANUTENÇÃO DA GESTÃO.

Este relatório avalia o ano 2021, correspondente ao segundo ano do PPA vigente, a partir da análise de informações recebidas das coordenações internas, e dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual (Sigplan). Alcança as fontes orçamentárias 0101 e 0301 (Tesouro Ordinário) e 0140 e 0340 (Tesouro Vinculado), e apresenta informações financeiras e não-financeiras sobre o desempenho e institucional.

A abordagem adotada é a de relato integrado, com informações concisas e estratégicas que facilitam a comunicação e a prestação de contas. Os pilares para sua elaboração foram: i) abordagem estratégica; ii) foco no valor público; iii) engajamento; e iv) integração.

O RELATO INTEGRADO INDICA COMO O DESEMPENHO E AS PERSPECTIVAS DA ORGANIZAÇÃO GERAM VALOR A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.

O desenvolvimento de um projeto gráfico permitiu superar o desafio de apresentar um relatório conciso, mas ao mesmo tempo atrativo ao cidadão. Nesse sentido, optou por representações visuais gráficas para explicar questões complexas e apresentar os resultados alcançados.

Por fim, merece destaque o fato de que a prestação de contas não é um fardo burocrático, ou mera obrigação legal, mas um processo contínuo na gestão da PGE/PA, no sentido de que, quanto mais transparência se conquista, mais transparência se exige.

1 FOCO NA EXCELÊNCIA

De acordo com Porter (2001) as estratégias norteiam decisões que definem o futuro das organizações. O conceito fundamental para compreender a importância da estratégia é o de processo contínuo, pois é a continuidade das ações no tempo que permite extrair padrões do passado e projetar o futuro (MINTZBERG, AHLSTRAND E LAMPEL, 2000).

A estratégia é o conjunto dos grandes propósitos organizacionais – objetivos, metas e planos – utilizados para alcançar uma situação futura desejada



(FERNANDES, 2005). No serviço público, apesar da estratégia ser facilmente identificada no contexto da integração entre planejamento e orçamento, materializados via PPA, LDO e LOA, a administração com orientação estratégica é um conceito recente que impõe uma grande mudança de foco, de processos para resultados.

A PGE/PA é uma instituição permanente que garante o exercício da cidadania e o desenvolvimento da sociedade paraense. Seus valores são: comunicação, confiança, dedicação, ética, integração, justiça, motivação, qualidade, respeito, pontualidade, profissionalismo, segurança jurídica, eficiência e credibilidade. Sua visão de futuro é ser modelo de excelência em advocacia pública e, para isso, investe em eficiência, eficácia e efetividade.

EFETIVIDADE	EFICÁCIA	EFICIÊNCIA
IMPACTO	RESULTADO	MEIO
Produzir efeito real Mudar e desenvolver Obter os melhores resultados Transformar situação existente	Fazer o que deve ser feito Atingir objetivos Cumprir metas Realizar o que foi proposto	Fazer corretamente Mínimo esforço Custo-benefício Usar recursos produtivamente

Infográfico 2: Macroestratégias da PGE/PA.

Este relatório resume a evolução da gestão da PGE/PA a partir da avaliação dos resultados obtidos no ano 2021, marcada pela visão do cidadão como cliente a partir do “triplo E da excelência”: efetividade, eficácia e eficiência. O destinatário deste documento é a sociedade, que, no exercício democrático do controle social, instiga avanços na gestão pública.

1.1 TRANSPARÊNCIA COMO EIXO CENTRAL

O controle social é o grande tema da atualidade, no sentido de viabilizar a participação da sociedade para prevenir/evitar a corrupção e fortalecer a cidadania. O controle social potencializa o monitoramento dos atos e ações praticados pelas pessoas em nome da administração pública.

Em 2021 a PGE/PA encarou a transparência como eixo estratégico da gestão. Para tanto, estabeleceu novos canais de comunicação e instituiu a realização de pesquisas de opinião que potencializaram a voz do cidadão em processos de *feedback* em relação aos impactos das políticas públicas. A seguir, o resumo dessas ações.



INFORMAÇÃO É PODER

A LEI DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (Lei Complementar Nº131/2009) e a LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (Lei Nº12.527/2011, conhecida como LAI) promovem a cultura do acesso. Com base nessas leis o Estado do Pará implementou o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) para permitir a qualquer pessoa acessar informações do Poder Executivo. Na PGE/PA a ferramenta é acompanhada pelo Centro de Estudos, que concedeu 100% de acesso a 246 pedidos em 2021.

Os 25 indeferimentos registrados não indicam negativa de acesso ou classificação da informação, mas de ajustes no canal utilizado, já que abordavam informações sensíveis em processos em trâmite e foram dirigidos às Procuradorias especializadas para o adequado tratamento.

ACESSO À INFORMAÇÃO

- Acessos concedidos: 246
- Acessos indeferidos: 25
- Informações classificadas: 0

O contraponto do acesso à informação é a proteção de dados. Nesse sentido, a LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (Lei Nº 13.709/2018, conhecida como LGPD) introduziu importante marco normativo no Brasil. Tanto a LAI, quanto a LGPD, baseiam-se em confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

Com a LGPD recaiu sobre a PGE/PA a adoção de medidas de proteção a dados pessoais. O Comitê de acompanhamento da LGPD foi regulamentado pela Portaria Nº356/2021, e instituído pela Portaria Nº 358/2021.

A função desse Comitê, dentre outras, é fomentar boas práticas de proteção de dados sem as quais haveria sérios prejuízos à prestação do serviço público. Para além de corresponder a uma exigência da boa governança, importa na melhoria da qualidade das respostas às demandas da sociedade. Trata-se, portanto, de medida imprescindível e de suma importância à defesa do interesse público.

A LAI e a LGPD adotam conceitos similares para colocar a salvo informações sobre a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Ambas resguardam a informação pessoal, a primeira para garantir o acesso como regra, e a segunda para assegurar privacidade.



DIALOGAR É DEVER

Em 2021 a PGE/PA também realizou três pesquisas de opinião: i) uma interna (clima organizacional); e ii) duas externas. Em relação à pesquisa interna, importante ressaltar que a satisfação com o trabalho é classificada a partir de diferentes elementos, como qualidade da convivência, obediência a regras e alcance de padrões de desempenho, dentre outros (ROBBINS, 2002).

A análise do clima organizacional não é comum no serviço público, mas para a alta gestão da PGE/PA esse atributo pode e deve ser constantemente avaliado para que a percepção de todos que atuam no órgão possa apoiar o Gabinete do Procurador-Geral em decisões futuras. A seguir, os resultados das pesquisas.

a) PESQUISA INTERNA

Em fevereiro de 2021 o Núcleo de Planejamento (Nuplan) coletou 134 respostas para 15 questões agrupadas em 3 eixos: i) motivação; ii) engajamento e iii) liderança. Os resultados indicam a nota média atribuída por procuradores (42%), servidores (47%) e estagiários (11%).

i) MOTIVAÇÃO

A motivação está relacionada a iniciar e manter comportamentos e foi traduzida para os participantes da pesquisa como o desejo dar o seu melhor.

A valorização recebeu nota média 8,78 e o aproveitamento de potencial nota média 8,47, enquanto a pergunta sobre gostar de trabalhar na PGE/PA teve nota média 6,56. As respostas revelaram que há valorização e aproveitamento, mas isso não é suficiente para gostar de trabalhar no órgão.

ii) ENGAJAMENTO

O resultado da pesquisa indicou médias altas em relação a informações para realizar o trabalho, assim como existência de espaço para opinar. Entretanto, os participantes indicaram que a PGE/PA pode melhorar mecanismos de autonomia.

Engajamento é a relação entre a pessoa e sua organização. É o ato de “vestir a camisa”.

A maioria das pessoas acredita ter informações e conhecimentos suficientes (médias 8,66 e 9,15, respectivamente), conhece a missão e consegue opinar (notas 8,66 e 9,15), mas sente que tem pouca autonomia (média 6,90).



iii) LIDERANÇA

Relacionado à condução de equipes, capacidade para melhorar performances e atingir resultados

A maioria considera alta a qualidade do trabalho que executa (média 9,05), considera-se importante para o órgão (nota 8,68) e se sente estimulada (média 8,73). Entretanto, o feedback que recebe é baixo (nota média 5,85).

No espaço para críticas, sugestões e elogios, alguns destaques:

Um agradecimento à gestão do órgão. Responsabilidade e respeito com servidores e estagiários e compromisso com todos!

A PGE está longe de deixar de ser uma estrutura burocrática e passar a desenvolver um "modelo de gestão flexível e inovador", para tanto precisaria aplicar técnicas gerenciais de gestão, com base em critérios da transparência, participação, equidade e romper de vez com o patrimonialismo dos DAS e promover de fato a integração dos setores.

Sugiro dar aos servidores a possibilidade de apresentar curriculum geral para que melhor aproveitamento nos postos de trabalho.

A PGE tem crescido em estrutura e visibilidade e isso faz com que servidores tenham interesse em permanecer.

O teletrabalho deveria ser implementado entre os servidores, pois há setores que funcionam bem nesse modelo.

A política de valorização dos servidores efetivos é quase inexistente e isso desmotiva o pessoal que, na maioria, é dedicado e comprometido.

Tivemos excelente melhora em estrutura física e conhecimento técnico operacional, mas continuaremos buscando a excelência que caracteriza o Trabalho da PGE-PA.

Ter um e-mail solicitando sugestões.

Parabéns pela iniciativa!

A avaliação do clima organizacional é importante para identificar comportamentos e influenciar mudanças nas relações estabelecidas no ambiente de trabalho (LUZ, 1995). A pesquisa interna realizada em 2021 indica que, EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS QUE TRABALHAM NA PGE/PA, É POSSÍVEL MELHORAR A AUTONOMIA para realizar tarefas e AUMENTAR O FEEDBACK.



b) PESQUISAS EXTERNAS

Em fevereiro de 2021 o Nuplan também realizou pesquisa com gestores e chefes jurídicos da Administração Direta e Indireta do Executivo estadual. O objetivo foi ouvir os “clientes” mais próximos, entidades que interagem com a PGE/PA.

A pesquisa foi estruturada em 8 questões e o resultado indicou notas médias atribuídas em escala de 0 a 10 por 61 pessoas (45% gestores e 55% jurídicos). As maiores notas se concentraram em valores como celeridade, qualidade e postura conciliatória.

Apoio que a PGE/PA presta ao órgão: nota **6,26**
Canais de comunicação da PGE/PA: nota **7,93**
Celeridade no atendimento: nota **8,38**
Encaminhamentos aos casos concretos: nota **8,38**
Qualidade do trabalho da PGE/PA: nota **8,74**
Postula conciliatória adotada pela PGE/PA: nota **8,74**
SATISFAÇÃO GERAL: 8,56

A satisfação geral ficou próximo a 9 pontos (nota média 8,56) e o encaminhamento sugerido pela PGE/PA em casos concretos alcançou a média de 8,38. A indicação de melhoria recaiu sobre o item que avaliou o tipo de apoio prestado pela PGE/PA, com indícios de que mais órgãos do poder Executivo desejam receber o mesmo apoio.

No espaço para críticas, sugestões e elogios, alguns destaques:

A PGE poderia criar canais de interação com as Assessorias Jurídicas dos órgãos.

Aumentar pareceres referenciais.

Gostaria de elogiar o apoio em temáticas sensíveis como a ambiental.

Campanhas educativas que aproximem a PGE da população para explicar como a instituição pode atuar. EX. Lei Kandir.

A gestão atual é bem dinâmica e proativa. Sugiro soluções como súmulas administrativas, para consultas menos burocráticas.

Sugiro reunião mensal da PGE com os chefes dos jurídicos.

Atuação mais próxima a todos os jurídicos do Estado para uniformizar entendimentos a partir de núcleos por área de atuação.

Que matérias de grande repercussão, com tratamento unificado, sejam disponibilizadas em pareceres referenciais, como a COVID-19, que a PGE fez excelente trabalho ao disponibilizar legislação e parecer referencial.

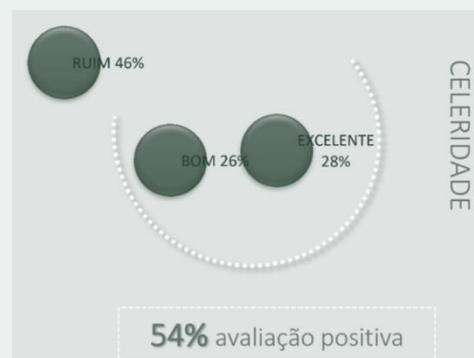
Aumentar o número de Procuradores nas consultorias.

Publicizar mais atos.

É notório o crescimento da atuação da PGE, que prestou maior auxílio à administração pública, com maior celeridade.



Na linha da estratégia de construção da “imagem PGE”, o Nuplan também realizou pesquisa com advogados. A seguir, o diagnóstico obtido.



No espaço para críticas e sugestões dos advogados, alguns destaques:

Parabéns pelas defesas em ações de medicamento, estão muito técnicas e todos nós aprendemos. Sensacional!

Deveria ter sistema de acompanhamento externo de acordos extrajudiciais, pois hoje a PGE trata por e-mail e os advogados ficam à mercê da disponibilidade e boa vontade da Câmara de Conciliação.

A PGE deveria disponibilizar em seu site mecanismo de transparência em relação ao fluxo interno dos processos, com indicação de telefone, ou e-mail, para contato com quem está atuando no processo em cada momento.

Sugiro campanhas educativas que aproximem a PGE da população para explicar como a instituição pode atuar, inclusive em relação a interesses difusos, como no caso da Lei Kandir.

Não há dúvida quanto à qualificação funcional, mas tenho críticas. Os procuradores recebem remuneração mensal, honorários de sucumbência e honorários de economicidade. Parabenizo suas justas conquistas salariais, mas receio dizer que não há reciprocidade em relação aos advogados, pois as políticas de acordo suprimem a verba honorária mesmo quando constituída nos autos, como nas execuções decorrentes de ações coletivas (Súmula 345/STF). Com a Câmara de Conciliação a situação se agravou e a persistir há de se instalar uma crise entre advocacia privada e pública, em que ambas sairão perdendo. É importante rever a política de excluir honorários privados dos acordos.

Pode melhorar muito, da recepção a outros setores com pouco tato para atender ao público e não apenas aos advogados.

Atendimento muito bom com profissionais educados, qualificados e prestativos. Ótimo mecanismo de celeridade processual.

Aumentar o número de Procuradores nas consultorias.

Poderia ter mais servidores.

1.2 DESTAQUES EFETIVIDADE

RESUMO DA ECONOMIA SET/2020 A AGO/2021

Diretas Civil	260.723.845,13
Diretas Trabalhistas	418.039,42
Indiretas Civil	41.242,25
Litisconsorte Trabalhista	1.074,60
CAMPGE com Decisão Definitiva	6.178.855,41
TOTAL	267.363.056,81
CAMPGE sem Decisão Definitiva	5.661.196,08

O Relatório de Economia para os Cofres Públicos, elaborado anualmente pela Procuradoria de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (PRPV), indica que a atuação da PGE/PA resultou na economia de mais de **R\$267 milhões**, entre setembro de 2020 a agosto de 2021, conforme o calendário para anotação da economia.

O valor é quase o **triplo** do montante economizado no mesmo período no ano anterior (R\$98,6 milhões) e confere efetividade à atuação do órgão.

ATUAÇÃO DA PGE GERA ECONOMIA

2020/2021: **R\$ 267 milhões**

2019/2020: 98,6 milhões

Esse valor deixou de sair do Tesouro, ou seja, foi economizado, e engloba processos judiciais e administrativos sob responsabilidade da PGE/PA, tanto da Administração Direta, quanto da Indireta, especialmente impugnações e recursos em cumprimentos de sentença, execuções, precatórios, RPVs e acordos celebrados via CAMPGE.

A Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da PGE (CAMPGE) foi criada em junho de 2019 para que a PGE/PA pudesse assumir a conciliação em nome do Estado do Pará em conflitos judicializados ou não. A autonomia para propor acordos limita-se a R\$44 mil por processo.

A CAMPGE ATUA PARA QUE A
PGE/PA PROMOVA FORMAS
DEMOCRÁTICAS DE
PACIFICAÇÃO.

A conciliação é a forma mais rápida, eficaz e justa de solucionar conflitos pois apresenta soluções construídas pelas partes em litígio. Ao lado da arbitragem e da mediação, reduz tempo e recursos financeiros quando comparada ao processo judicial.

Desde junho de 2019, quando a CAMPGE foi instituída, o atendimento ao cidadão tem sido ampliado na PGE/PA. Somente em 2021 foram realizados cerca de 4 mil atendimentos a advogados e partes em litígio com o Estado. A iniciativa gerou economia de recursos e reduziu o tempo de duração dos processos e atribui a efetividade à atuação da PGE/PA em relação à defesa de direitos do Estado.

ACORDOS CELEBRADOS

2020/2021: **2.856**

2019/2020: 1.579



EFICÁCIA

A legislação brasileira obriga os entes públicos a proteger seus acervos arquivísticos para assegurar a preservação da memória e garantir acesso à informação.

Durante décadas predominou no Brasil o arquivamento físico, mas os riscos para a saúde, e a necessidade de garantir a higidez da cadeia de custódia, provocaram uma verdadeira ruptura de paradigma.

No serviço público a transformação digital foi um ultimato à qualificação da gestão da informação a partir da incorporação de elementos tecnológicos aos procedimentos de produção, gestão, arquivo e descarte de documentos públicos.

Há cinco anos a PGE/PA adotou uma eficiente Política de Gestão Documental, introduzida pela Portaria Nº 777/2017, visando garantir a proteção de documentos que resguardam a plena defesa de direitos do Estado. A iniciativa assumiu caráter transversal e estimula ganhos de eficiência, eficácia e efetividade a partir da promoção de transparência e garantia de segurança jurídica.

Nos últimos três anos a PGE/PA digitalizou quase **2,7 MILHÕES DE PÁGINAS** (2.688.370 páginas) e **ELIMINOU QUASE 90 MIL PROCESSOS** (87.963 autos) que cumpriram tempo de guarda no órgão, mas não poderiam ser destruídos sem as salvaguardas das tabelas de temporalidade e editais de eliminação. A seguir, os exitosos números da gestão documental na PGE/PA:





Fotos 1 e 2: antes e depois da gestão documental.

Desde que instituiu a Política de Gestão Documental a PGE/PA firmou parceria com cooperativas de catadores de material reciclado e, a cada dois meses, tem repassado aos cooperados a média de 100 quilos de papel que garantem renda a centenas de famílias.

Atualmente há duas cooperativas parceiras do projeto: i) Filhos do Sol; e ii) Trabalhadores e Catadores de Resíduos Sólidos da Amazônia.



Foto 3: resíduo vira renda.



Foto 4: acompanhamento do trabalho das cooperativas.

A iniciativa tem sido tão exitosa que a PGE/PA foi convidada pela Escola de Governança Pública do Pará (EGPA) a compartilhar a experiência órgãos.

A primeira formação aconteceu em junho de 2021, com a qualificação de 100 servidores que serão multiplicadores da Política de Gestão da Documental da PGE/PA em 34 órgãos, entre os quais, Prefeituras Municipais.



EFICIÊNCIA

Diversos autores afirmam que uma das formas medir o desempenho organizacional é avaliar a eficiência, conceito quase matemático que explica a correlação entre insumo (*input*) e produto (*output*), no sentido de que o administrador eficiente obtém os melhores produtos (resultados, produtividade, desempenho) em relação aos insumos disponíveis (mão-de-obra, material, dinheiro, máquinas e tempo). Em resumo, o administrador é eficiente quando minimiza o custo e maximiza os resultados (Megginson et al, 1998).

A seguir, alguns resultados da PGE/PA em 2021:

- Movimentação anual de **93.359 processos**;
- Redução de 24% no consumo de energia elétrica em 2021, em relação a 2020, passando de 1.313 kilowatts (kW) para 1003 kilowatts (kW):

DIAGNÓSTICO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PRÉDIO SEDE DA PGE/PA

Item Avaliado	2019	2020	2021
KW consumidos	1411	1313	1003
Média mensal KW	157	146	111
Custo anual (R\$)	R\$258.828,61	R\$245.870,85	R\$191.968,90
Média mensal (R\$)	R\$28.758,73	R\$27.318,98	R\$21.329,88

Fonte: Gerência de Serviços da PGE/PA.

Período analisado: janeiro a setembro de cada ano.

- Redução de 59% no consumo de papel em 2021 no comparativo com 2020, de acordo com diagnóstico elaborado pela Gerência de Material, entre os meses de janeiro a outubro de 2021;
- Redução do consumo de copos descartáveis em 76%, na proporção de 85.500 unidades (855 pacotes) em 2020 para 20.300 unidades (203 pacotes) em 2021, de acordo com diagnóstico elaborado pela Gerência de Material, entre os meses de janeiro a outubro de 2021;
- Capacitação de 141 pessoas, com média de 55 horas/aula por pessoa, totalizando 7.720 horas de treinamento, de acordo com acompanhamento da Coordenadoria Administrativa.



2 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados em 2015 durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). São 17 objetivos ambiciosos e interconectados que compõem a Agenda 2030, de combate à pobreza, proteção ambiental e promoção de paz e prosperidade. As metas assumidas pelo Brasil são monitoradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No Pará, o monitoramento é feito pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad).

A PGE/PA contribui para vários ODS e vincula-se diretamente aos seguintes objetivos:



A META 11.7 lança uma nova visão sobre o desenvolvimento das cidades, calcada na sustentabilidade e na inclusão das pessoas no espaço urbano. Destaca a necessidade e a importância de espaços públicos adequados para que a vida humana seja saudável e próspera. A ideia da meta é melhorar espaços públicos como ruas, praças e parques.

A meta assumida pelo Brasil estabelece a necessidade de prover, até 2030, o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes. A PGE/PA, por meio da Procuradoria Fundiária, Ambiental, Minerária e Imobiliária (PFAM), detém a titularidade de processos judiciais e administrativos em relação a questões fundiárias e imobiliárias que interessam ao Estado. Nesse sentido, atua em todas as desapropriações da administração direta e indireta e presta assessoria jurídica sobre o tema.

O Sigplan indica que, em 2021, as desapropriações gerenciadas pela PGE/PA custaram aos cofres públicos R\$ 10.247.935,00 (valor liquidado até 19.11.2021), desembolsados após a competente atuação da PGE/PA em todos os processos.

A META 16.6, proposta pela ONU, prioriza a necessidade de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis. Importante destacar que a palavra “*accountable*”, da redação original em inglês, foi traduzida para o português como “responsável”, quando na verdade deveria remeter ao conceito de *accountability*.



Segundo Pinho e Sacramento (2009), não há uma palavra correspondente em nosso idioma para explicar o conceito, que envolve elementos complexos que ultrapassam a ideia de responsabilidade, tais como controle, transparência e obrigatoriedade de prestar contas à sociedade.

Feita a ressalva, o principal ODS materializado na missão institucional da PGE/PA é o 16, com foco na meta 6. Assim, O **ÓRGÃO ESTÁ DIRETAMENTE COMPROMETIDO COM A PROMOÇÃO DA PAZ E DA JUSTIÇA**, a partir do seu desenvolvimento como instituição **EFICAZ, RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE**.

O ODS 16 busca promover sociedades pacíficas e inclusivas pelo acesso à justiça e sintetiza o ideal de um efetivo Estado Democrático de Direito, materializado a partir do respeito aos direitos humanos e da efetiva participação social.

Este relatório demonstra que, em 2021, a PGE/PA reafirmou seu compromisso com a excelência e contribuiu para o ODS 16 através de ações que demonstram eficiência, eficácia e efetividade, resumidas da seguinte forma:

DESTAQUES QUE MATERIALIZAM O ODS 16

- **93.359** processos movimentados;
- **1.062.075** páginas digitalizadas;
- **1.760** processos eliminados;
- **2.856** acordos celebrados;
- **R\$267 milhões** economizados para o Tesouro;
- **6.000** atendimentos (2.000 na PRPV e 4 mil na CAMPGE);
- **3 pesquisas** de satisfação (1 interna e 2 externas);
- **Redução no consumo** de energia elétrica, papel e copo; e
- **7 mil horas** de capacitação.



3 O QUE FIZEMOS EM 2021

A PGE/PA atua em TRÊS REGIÕES de integração (Guajará, Baixo Amazonas e Carajás) e está inserida em DOIS PROGRAMAS do PPA: Governança Pública e Manutenção da Gestão. Em 2021 a PGE/PA apresenta os seguintes resultados:



Infográfico 3: Programas que a PGE/PA executa no PPA.

CAPACITAÇÃO

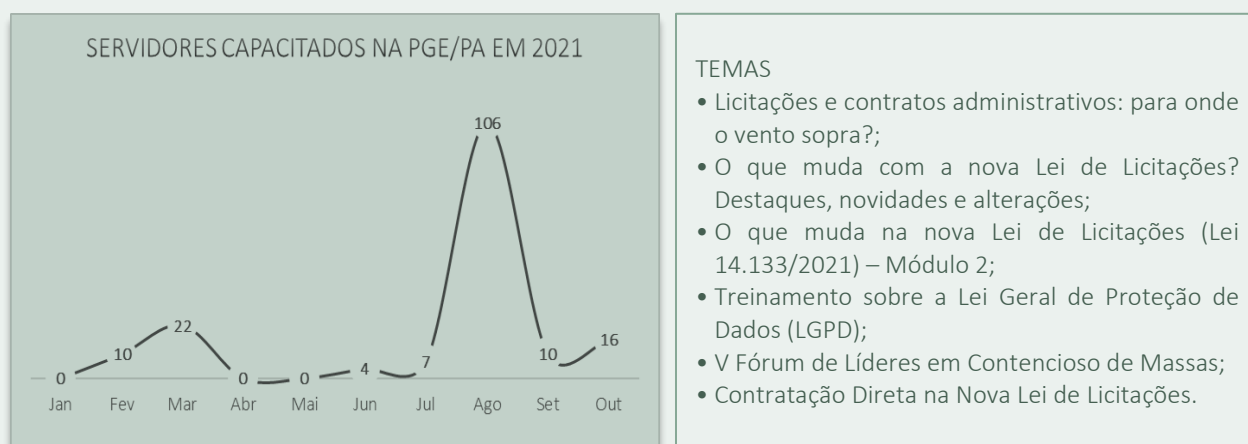
O desenvolvimento de pessoas deve estar alinhado ao macro objetivo organizacional a partir do mapeamento de necessidades internas de qualificação. A profissionalização de servidores públicos eleva a qualidade do serviço prestado à sociedade e estimula conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (saber agir) necessárias ao exercício de cargos e funções.

As últimas décadas impactaram profundamente a gestão de pessoas e impôs a necessidade de profissionalização no serviço público. Essa mudança de paradigma tem levado a PGE/PA a encarar o desafio de desenvolver estratégias para que todos os servidores se enxerguem como agentes de mudança e elos que se completam.

Para fazer frente à sua missão institucional, em 2021 a PGE/PA priorizou uma gestão assertiva em relação ao capital humano, mediante estratégias de profissionalização nos campos intelectual, tático e operacional. Para tanto, estabeleceu como meta institucional a exigência mínima de 40 horas de capacitação para servidores da atividade-meio (Portaria Nº 585/2020-PGE).

Nesse contexto, de acordo com a Coordenadoria Administrativa, **141 PESSOAS FORAM CAPACITADAS EM 7.720 HORAS DE TREINAMENTO** (média de 55 horas/aula/pessoa), em áreas como informática, saúde e segurança, ambiente organizacional, rotinas internas, ética e Direito.

Em relação aos treinamentos computados no Sigplan, custeados com recursos do Fundo da PGE (FUNPGE), 175 pessoas foram qualificadas em 2021, com maior concentração de participação em agosto:



Infográfico 4: Capacitação de agentes públicos na PGE/PA em 2021, com recursos FUNPGE.
Fonte: Sigplan, em 18.11.2021.

OBRA: CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO

A ação Construção e Conservação de Imóveis no PPA contemplou a realização de 1 obra na região Baixo Amazonas (Santarém) para 2021, no valor de R\$300.000,00. Por decisão estratégica da gestão a ação foi remanejada para a região Guajará (Belém) e, em vez de 1 obra, contemplou 2 ações emergenciais relacionadas à reforma do auditório e pintura geral do prédio sede. O valor das obras totaliza R\$346.803,81, e o excedente será remanejado do próprio orçamento da PGE/PA.

DEFESA DE DIREITOS DO ESTADO

A ação DEFESA DE DIREITOS DO ESTADO prevista no PPA realiza a MISSÃO institucional da PGE/PA. Trata-se de política pública executada com exclusividade e, para realizá-la, é preciso entregar o produto PROCESSO ANALISADO.

Esta análise considera novembro e dezembro com índices da média obtida nos demais meses e conclui que, em 2021, a PGE/PA movimentou **93.359 PROCESSOS** administrativos e judiciais sobre os mais variados temas, o que equivale à **MÉDIA MENSAL DE 7.780 PROCESSOS**.

O comparativo dos últimos três anos indica queda na ação durante o pico da pandemia do Covid19, em 2019, quando a PGE/PA adotou medidas para implantar o sistema SAJ e retomou a elevação dos índices em 2020 e 2021.



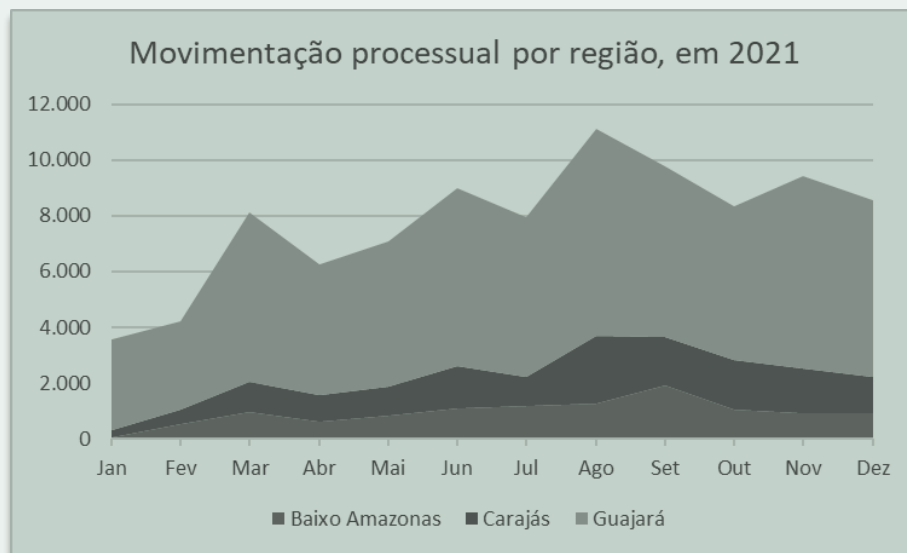
Infográfico 5: Linha do tempo da análise de processos na PGE/PA, 2019 - 2021.

Fonte: Sigplan, em 18.01.2022.

O Sigplan aponta a superação da meta em todas as regiões em que a PGE/PA atua (Guajará, Baixo Amazonas e Carajás), com indicação de movimentação mensal em patamar muito superior à meta projetada para 2021 durante a elaboração do PPA (15.600 processos/ano), e à meta ampliada durante a revisão do PPA (21.600 processos/ano).

A análise também permite identificar os meses de maior movimentação processual por região indicando que, em todas as regiões em que a PGE/PA atua,

houve certa pressão no primeiro semestre, entre março e junho, mas os picos só foram atingidos no segundo semestre, com destaque para os meses de agosto a dezembro.



Guajará: picos em março, junho, agosto, setembro, novembro e dezembro.

Baixo Amazonas: picos entre junho e outubro.

Carajás: picos entre agosto e outubro.

Infográfico 6: Processos analisados na PGE/PA em 2021, por região.
Fonte: Sigplan, em 18.01.2022.

A seguir, o detalhamento da movimentação processual por área de atuação.

Mês	ÁREA DE ATUAÇÃO										TOTAL MÊS
	Consultiva	Cível, Trabalhista e Administrativo	Fundiário, Ambiental e Minerário	Demandas de Massa	Precatórios e RPVs	Dívida Ativa	Contencioso Administrativo	Tribunais e órgãos superiores	Regional Marabá	Regional Santarém	
Janeiro	140	556	349	521	795	815		85	238	72	3.571
Fevereiro	119	787	258	0	773	875		358	552	513	4.235
Março	151	1.213	651	898	1.432	1.238		473	1.111	945	8.112
Abril	129	854	521	844	1.141	831		368	941	616	6.245
Mai	130	1.171	571	700	1.323	935		353	1.053	832	7.068
Junho	102	1.420	491	1.281	1.126	1.613		310	1.520	1.109	8.972
Julho	55	770	423	1.835	1.206	1.314		100	1.057	1.180	7.940
Agosto	129	947	491	1.887	1.357	2.324		291	2.420	1.284	11.130
Setembro	150	686	427	1.836	1.539	1.225	23	241	1.723	1.920	9.770
Outubro	140	726	445	1.597	877	1.437	12	264	1.778	1.065	8.341
Novembro	152	996	372	2.375	1.474	1.245	15	278	1.569	937	9.413
Dezembro	237	853	388	2.375	1.054	1.174	10	243	1.292	936	8.562
TOTAL ÁREA	1.634	10.979	5.387	16.149	14.097	15.026	60	3.364	15.254	11.409	93.359
Média	136	915	449	1.346	1.175	1.252	15	280	1.271	951	7.780
	Guajará								Carajás	Baixo Amazonas	Todas as regiões

Infográfico 7: Processos analisados na PGE/PA em 2021, área de atuação.
Fonte: Sigplan, em 18.01.2022.

Os temas mais relevantes em 2021, por área, foram:

TRIBUNAIS E ÓRGÃO SUPERIORES

- ✓ Presidência da Câmara Técnica do Colégio Nacional de Procuradores Gerais;
- ✓ Presidência do GT Procuradores – GEFIN/CONFAZ;
- ✓ Presidência do GT 10 – CONFAZ;
- ✓ Coordenação de trabalhos com outros Estados em Tribunais Superiores.

CONTENCIOSO

CÍVEL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVO

- ✓ Militar: contribuição previdenciária e conversão de licença em pecúnia;
- ✓ Indenizações: Licitações diversas;
- ✓ Saúde: fornecimento de medicamentos de competência da União;
- ✓ Servidor Civil: ATS de temporário.

TRIBUTÁRIO E FISCAL

- ✓ Transação em matéria tributária;
- ✓ Intensificação de meios extrajudiciais de cobrança;
- ✓ Sistema de mineração de dados para identificar fraudes fiscais.

REGIONAIS

MARABÁ

- ✓ Foco em conciliação;
- ✓ Concurso Público C-206 Delegado de Polícia Civil.

SANTARÉM

- ✓ Militar: Promoção por preterição;
- ✓ Saúde: internação para tratamento médico;
- ✓ Saúde: Internações compulsórias;
- ✓ Indenizações: morte de detento;
- ✓ Sociais: reforma de escolas, delegacias etc.
- ✓ Licitações e contratos (ênfase no reequilíbrio econômico-financeiro, repactuação, reajuste, e alterações qualitativas e quantitativas);
- ✓ Convênios e parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil (inexecuções, repasses, contratos de gestão);
- ✓ Servidores públicos - direitos e deveres;
- ✓ Procedimento administrativo de reparação de danos; e
- ✓ Concurso público.

ATOS EXECUTIVO/CONSULTIVO

- ✓ Processo Administrativo Simplificado;
- ✓ Sistema Paraense de Inovação em Tecnologia;
- ✓ Obrigatoriedade de apresentação, por agentes públicos, de Declaração de Bens e Valores;
- ✓ Parecer Referencial de temas recorrentes;
- ✓ Programa de expansão de cursos superiores, especialização profissional, tecnológica, mestrado profissional e doutorado profissional.

FUNDIÁRIA, IMOBILIÁRIA, AMBIENTAL E MINERÁRIA

- ✓ Questões ambientais;
- ✓ Patrimônio histórico, artístico e cultural;
- ✓ Fauna e flora;
- ✓ Áreas protegidas.
- ✓ Questões fundiárias;
- ✓ Cancelamento de Matrícula;
- ✓ Reintegração de Posse;
- ✓ Desapropriações diretas;
- ✓ Desapropriações indiretas;



PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES

- ✓ Auditorias em processos com RPVs da Administração Direta:
 - Honorários de defensor dativo;
 - Majoração de soldo e gratificação de risco de vida de policial militar;
 - Diferenças salariais decorrentes da LC 95/2014 – Polícia Civil;
 - Piso do magistério;
 - FGTS de servidores temporários.
- ✓ Auditorias em processos com RPVs da Administração Indireta – IGEPREV:
 - Piso do magistério;
 - Majoração de soldo e gratificação de risco de vida de policial militar.
- ✓ Auditorias de Precatórios da Administração Direta e Indireta:
 - Mandados de Segurança - Percentual suficiente à quitação dos precatórios estaduais em regime especial (0,38% da RCL) - art. 59 e parágrafos, da Resolução nº 303/2019-CNJ, e art. 101 do ADCT/CF.

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	DEMANDAS DE MASSA
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Resposta e defesa junto ao MPPA; ✓ Resposta em ações envolvendo a Pandemia da COVID-19; ✓ Atuação em demandas no TCEPA; ✓ Resposta e defesa em órgãos de Controle ✓ Atuação nas ações sobre Termos de Ajustamento de Condutas; ✓ Atuação preventiva em relação à prestação de Contas do Estado; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reclamações Trabalhistas (responsabilidade subsidiária); ✓ Execução de acórdãos do TCE e do TCM, elaboração e ajuizamento e protestos; ✓ FGTS de servidor com vínculo temporário; ✓ Internação, transferência, cirurgias, tratamento fora do domicílio e cirurgia eletiva; ✓ Adicional de interiorização.

Fonte: Coordenação das Procuradorias Especializadas da PGE/PA, em 18.11.2021.

Em 2021 a PGE/PA cuidou dos processos judiciais, administrativos e dos projetos de lei de iniciativa do Executivo estadual. Então, além de apresentar números, por sinal bastante expressivos, este relatório destaca os resultados da atuação da PGE/PA em termos de impacto em políticas públicas, com destaque para:

Tabela 1: Principais produtos entregues pela PGE/PA em 2021.

PROCESSO	ASSUNTO	PRODUTO ENTREGUE / SITUAÇÃO RELEVANTE
ORDENAMENTO JURÍDICO		
335295/2017	Regime Jurídico Único Estadual do Processo Administrativo Simplificado como medida de desburocratização.	Lei 9.230/2021 e palestras
218299/2021	Lei estadual sobre transação em matéria tributária.	Lei 9.260/2021
2021/1088084	Programa de expansão de cursos superiores, especialização, mestrado profissional e doutorado profissional.	Lei 9.324/2021
218299/2021	Regulamentação da lei estadual sobre transação tributária.	Decreto 1.795/2021
533026/2019	Obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens e valores por agentes públicos.	Decreto 1.712, de 12.07.2021
583251/2021	Regulamentação da Lei Federal 10.973/2004 no Estado, e Lei Estadual 8.426/2016, sobre ciência, tecnologia e inovação.	Decreto 1.713, de 12.07.2021
2021.02.001159	Alteração do RJU para garantir horário especial ao servidor público que tenha sob seus cuidados pessoa com deficiência.	Lei Complementar 9.313/2021

2021.02.000339	Programa de Incentivo à Qualificação de Profissionais da Saúde (QUALIFICASAÚDE).	Lei 9.319/2021
2021.02.000405	Programa Creche por todo Pará.	Lei 9.256/2021
2021.02.001240	Aumento da remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino.	Lei 9.322/2021
PROCESSOS CONSULTIVOS RELEVANTES		
2021.02.00447	Orientações sobre Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD).	Parecer Referencial 0004/2021
2020.02.01213	Revisão de posicionamento sobre ATS com novas orientações.	Parecer Referencial 006/2021
CONTAS PÚBLICAS		
TC/006362/2021 – TCE/PA	O TCE dispõe sobre a emissão de Parecer Prévio favorável com recomendações técnicas, financeiras e contábeis.	Aprovação das Contas 2020
SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS (evitou judicialização)		
TC/005871/2021	Contagem de Tempo de Serviço Ficto: período entre o afastamento e a portaria.	Apuração de legalidade em procedimento do IGEPREV
Diversos processos	Cobrança de prazos e termos de TACs em órgãos e Secretarias, requerendo prorrogação para evitar execução judicial.	TACs: Santa Casa e IASEP economia de R\$20.133.044,57
NOTÍCIA DE FATO 1.23.000.001380/2021-82 – MPF	Esclarecimentos sobre alegada violência e criminalidades em programas de televisão que violam direitos de presos e esclarecimento sobre supostas condutas abusivas de Policiais Civis/Militares.	Apresentação de esclarecimentos e solução administrativa
Funcionalidade no site da PGE/PA	Criação do canal de denúncias de fraudes à Execuções e Fiscais no site da PGE/PA.	Canal de denúncias
Padronização de comunicado	Padronização de <i>noticia criminis</i> ao MP em casos recentes ajuizados que, em tese, configuram apropriação indébita tributária ou crimes contra ordem tributária.	Padronização de atos
PROCESSOS JUDICIAIS RELEVANTES		
2020.01.058919 – TCE/PA	Possíveis irregularidades na contratação de serviços de tecnologia para Sistema Integrado de Gestão Orçamentária Financeira e Contábil do Estado do Pará.	Revogação da cautelar após recurso da PGE/PA, que segue acompanhando.
2021.02.000050	Pagamento acima do teto a aposentados e pensionistas.	Em trâmite
2021.02.001644	Companhia das Docas e Estação das Docas.	
2019.01.000093	TAC Hydro.	
2020.01.007128	Compensação Ambiental de Belo Monte.	
2020.01.005446	Alcoa Ryalities.	
STF ADI 6321	Inconstitucionalidade da vantagem adicional de interiorização e repercussão em milhares de processos individuais.	Em acompanhamento junto ao STF
STF ADI 5374 e ADI 4786	Taxa Hídrica e Taxa Minerária estaduais.	
STF ADI 6479	Incentivos fiscais do Estado e impacto no parque industrial e arrecadação de ICMS – indústria do trigo.	Em trâmite
STF ARE 1292388 e STJ RESP 1908886	Piso dos Professores.	Em acompanhamento junto ao STF e STJ
2020.01.009267 2021.01.003076	Ato do Gestor de Precatórios nos Planos de Pagamento de Precatórios Estaduais - Exercícios 2020 e 2021 a 0,38% da RCL e não 1,5%.	Mandados de Segurança em trâmite, com liminares em vigor.



2020.01.018973	Mandado de Segurança impetrado pelo Município de Tucuruí contra ato do Gestor de Precatórios.	Agravo contra o indeferimento da liminar, em trâmite.
2021.01.034984	Ação Civil Pública. Implantação do Centro de Atenção Psicossocial III – CAPS III em Santarém.	Em acompanhamento junto à 6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém
2020.01.002469	Ação Civil Pública. Interdição do Centro de Recuperação Silvio Hall de Moura em Santarém.	Em trâmite
2020.01.002057	Ação Civil Pública. Interdição do Centro de Recuperação Masculino de Vitória do Xingu.	Em acompanhamento junto à 2ª Vara Criminal de Altamira
2020.01.005017	Ação Civil Pública. Indenização. Rebelião no Centro de Recuperação Regional de Altamira.	Em acompanhamento junto à 3ª Vara Cível e Empresarial de Altamira
1002074-26.2021.4.01.3907	Lorena da Silva Portal x Estado do Pará e União Federal - fornecimento de SPINRAZA, no valor de R\$ 400.000,00 a dose.	Em trâmite
2021.01.028596	Kallebe Murilo Costa Monteiro (autor) x União e Estado (réus).	
2020.01.004848	Ministério Público Federal (autor) X Estado (Litisconsorte) X União (réu).	
2020.01.005589	Associacao dos Delegados de Policia X Estado.	
2020.01.004143 2020.01.025033 2020.01.025031 2020.01.025027 2020.01.026153	Mandados de Segurança pensão de viúvas de ex-governadores.	
0802316-65.2021.8.14.0061	Ação Cautelar preparatória de Ação de Improbidade, relacionada ao Centro de Recuperação Regional de Tucuruí/PA.	Em trâmite
0000478-64.2020.5.08.0129	Ação Civil Pública sobre EPLs para Trabalhadores do Renato Chaves e Instituto Médico Legal de Marabá.	
0810231-39.2021.814.0006	Medida cautelar fiscal contra grupo empresarial (frigorífico).	indisponibilidade patrimonial em R\$ 58.180.793,18
0812644-25.2021.814.0006	Medida cautelar fiscal contra grupo atacadista.	Obtenção de tutela de indisponibilidade patrimonial em R\$ 125.584.214,69
0800341-38.2021.814.0051	Medida cautelar fiscal contra grupo empresarial de Santarém (Comércio de importados).	Obtenção de tutela de indisponibilidade patrimonial em R\$ 5.835.572,03
0812140-37.2021.814.0000	Aumento da penhora de faturamento de 4% para 10% de grupo do mercado de cervejas e bebidas.	Agravo interposto pela PGE
0810357-10.2021.814.000	Ordem de SISBAJUD na modalidade “teimosinha”, que se repete até 30 dias de forma automática em todas as contas dos devedores.	Deferimento de tutela para obrigar, ante relutância de Vara de Execução Fiscal,
0808235-24.2021.8.14.0000	Descumprimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6321/PA.	Reclamação ao STF
0000431-29.2020.5.08.0117	Violação ao §1º do art. 71 da Lei 8.666/93, que afasta a responsabilidade subsidiária do ente público por inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresa contratada e contraria decisão na ADC nº 16 do STF.	Admissão de Recurso de Revista
0059789-16.2012.8.14.0301	Prazo prescricional bienal do inciso XXIX, artigo 7º, da CF em ações sobre direito ao FGTS em contratos temporários celebrado com a Administração Pública.	Admissão de RE como representativo de controvérsia

Fonte: Coordenações das Procuradorias Especializadas da PGE/PA, em 18.11.2021.



Importante destacar que não houve suspensão de prazo para pagamento da dívida pública durante a pandemia, de modo que a equipe da PRPV continuou trabalhando e, em 2021, movimentou **14.097 processos** e realizaram mais de 2.000 atendimentos (por e-mail, telefone e presencial).

A seguir os números registrados no Sigplan em 2021 em relação ao programa “encargos sob supervisão da PGE/PA”, quando é possível observar que o órgão atuou para que o Estado do Pará liquidasse quase R\$200 milhões em dívidas com precatórios, RPVs e indenizações.

Tabela 3: Encargos sob supervisão da PGE/PA em 2021.

PROGRAMA	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO
Encargos com Acordos Indenizatórios	R\$76.964.423,23	R\$73.728.617,56	R\$73.285.338,97
Encargos com Débitos de Pequeno Valor	R\$28.635.710,72	R\$26.774.238,72	R\$26.695.082,91
Encargos com Débitos Precatórios	R\$96.659.523,08	R\$95.265.523,08	R\$95.265.523,08
TOTAL	R\$202.259.657,03	R\$195.768.379,36	R\$195.245.944,96

Fonte: Sigplan, em 18.01.2022.

Outra frente de trabalho que merece destaque está relacionada à recuperação tributária. Em 2021, segundo dados da Procuradoria da Dívida Ativa (PDA), a PGE/PA recuperou **MAIS DE R\$42 MILHÕES EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS** já inscritos em dívida ativa e bloqueou **R\$ 14 MILHÕES** em contas correntes de devedores do fisco. Os resultados obtidos indicam que, entre janeiro e setembro de 2021, a **RECUPERAÇÃO EFETIVA DE VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA FOI 27,5% MAIOR DO QUE O MESMO PERÍODO NO ANO ANTERIOR.**

As medidas de **MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA PANDEMIA** permaneceram no foco de atuação da PGE/PA e a tabela a seguir resume as principais ações:

Tabela 2: Principais ações da PGE/PA para enfrentamento à pandemia em 2021.

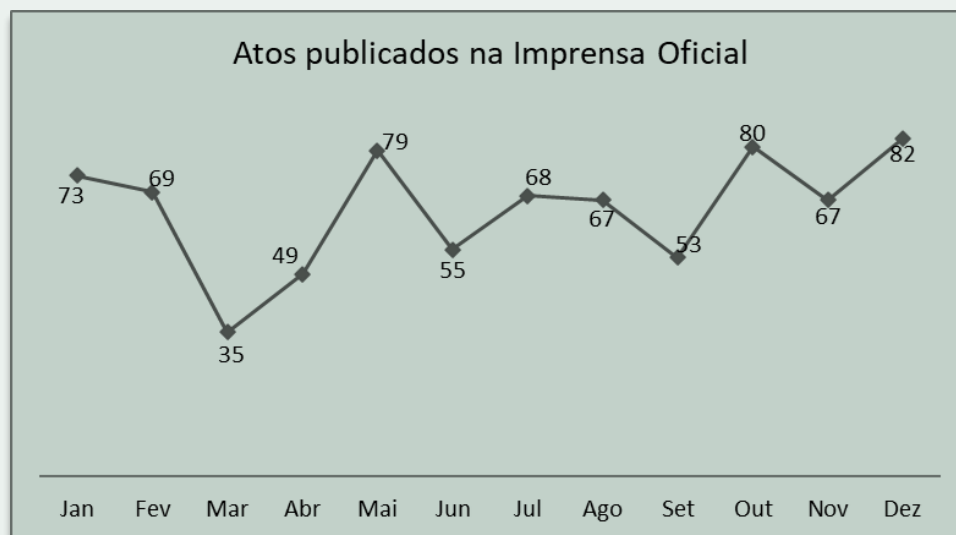
PROCESSO	ASSUNTO	PRODUTO ENTREGUE / SITUAÇÃO RELEVANTE
ORDENAMENTO JURÍDICO		
2021.02.000087	Alteração do Fundo Esperança para apoio emergencial a microempreendedores no Pará.	Lei 9.213/2021
2021.02.000365	Programa Estadual ‘Incentiva + Pará’, de apoio a Microempreendedores Individuais e Pessoas Jurídicas afetadas pela pandemia da COVID-19.	Lei 9.237/2021
2021.02.000715	Programa Social Carteira Nacional de Habilitação "CNH Pai D'égua".	Lei 9.275/2021

2021.01.006751	Ação Civil Pública. Reestruturação da Upa de Santarém para Combate à Pandemia.	Em acompanhamento junto à 6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém
2020.01.015446	Ministério Público Estadual. Prorrogação do Lockdown em Santarém. Estado do Pará e Município De Santarém.	
STF ADI 6166	Competência dos Estados para definir políticas de vacinação contra a COVID.	Representação do Estado na definição do tema
STF SL 1431	Concurso público da Polícia Militar e pandemia COVID.	
STF ACO 3507	Aquisição da vacina Sputnik V pelo Estado.	
STF ADI 6445	Mensalidades escolares e pandemia.	
2020.01.084320	Ação de Indenização. Pagamento da empresa de prestação de serviços médicos. Hospital de Campanha de Santarém.	Em acompanhamento
2020.01.084904	Ministério Público Federal. Procedimento Administrativo. Segurança Alimentar. Pandemia. Comunidades Quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná.	
0810323-19.2019.8.14.0028	Ação Civil Pública para ampliação de leitos UTI em Marabá.	
0801960-07.2020.8.14.0061	Ação Civil Pública para ampliação de leitos UTI COVID na região de Tucuruí.	

Fonte: Coordenações das Procuradorias Especializadas da PGE/PA.

EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ATOS

Na ação Edição e Publicação de Atos, o órgão editou e publicou **777 Atos** (editais, portarias, resoluções, atos de licitação etc.) no Diário Oficial do Estado, com média de 65 atos por mês.



MAPA COMPARATIVO

2019	2020	2021
989	731	777

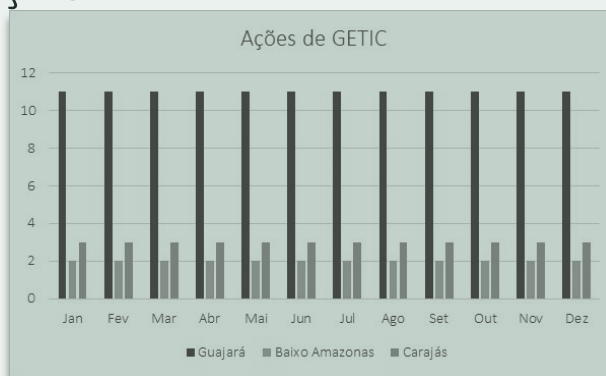
Infográfico 8: Publicação de atos pela PGE/PA em 2021.

Fonte: Sigplan, em 18.01.2022.

O mapa comparativo da ação no tempo indica **PATAMAR ESTÁVEL** em relação ao ano imediatamente anterior (2020), e redução em relação ao pico de 2019.

TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

No contexto do PPA, a ação Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (GETIC) registrou a média de 15 SERVIÇOS/MÊS nas três regiões em que a PGE/PA atua, distribuídos na proporção de 11 serviços na Guajará, 2 no Baixo Amazonas e 3 em Carajás.



Infográfico 9: Ações de GETIC em 2021.

Fonte: Sigplan, em 18.01.2022.

A tabela a seguir resume as ações realizadas pela Diretoria de TI em 2021:

Tabela 4: Ações de TI em 2021.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
Backups dos documentos da PGE/PA	Revisão das políticas de backup e retenção de dados dos processos eletrônicos na base de dados SAI, com ativação de servidor específico.
	Ativação no ambiente PRODEPA de documentos eletrônicos (FTP, arquivos) para minimizar os riscos de perda de dados.
Data Center	Termo de Cooperação com TJE/PA para revisão do parque tecnológico da PGE/PA (equipamentos de segurança da informação e servidores DELL de versão intermediária para distribuir carga de processamento).
	Especificações de novas aquisições para projeto SUPP e atualizar parque tecnológico.
Ambiente corporativo de videoconferência	Aquisição de licenças corporativas de software de videoconferência e equipamentos.
Câmeras	Para melhor administração e monitoramento do ambiente.
LexPGE	Sistema de cadastro e consulta de atos normativos (leis, decretos, portarias, entre outros), com melhoria no sistema de busca e módulo de sugestões.
Processo Seletivo para Estágio PSE 2021	Portal informativo e formulário de inscrição, processamento de inscrições, filtragem e emissão de comprovantes. Respostas a dúvidas frequentes, cadastro, conversão e inclusão na forma digital em questionário de provas, com pontuação.
Sistema de Consulta a Certificados GDAP	Módulo para sistema GDAP para unificar plataforma com acesso individual por login/senha ao histórico e carga de certificados. Utilização a partir de jan/2022.
Sistema de Controle Bibliográfico	Para disponibilizar funcionalidades ao CEstudos: cadastro para empréstimo e devolução, controle de prazos, relatórios e impressão de códigos de barras.
Portal Mineração Grandes Litigantes	Criação de portal em parceria com TJPA para implementar Plano de Redução de Litigiosidades e reduzir fila processual. O objetivo é priorizar acordos administrativos.
Mineração de dados	Estudo para especificação e aquisição de solução de mineração de dados.
Módulos Protesto e Grandes devedores	Integração técnica com a estrutura de dados da SEFA.
Reestruturação da rede na regional Brasília	Rede de dados e ambiente computacional revisados.
Novo site	Reformulação geral, layout e conteúdo.
Sistema Único de Procuradorias Públicas SUPP/AGU	Evolução de estudos para implantar o Projeto SUPP e convocou potenciais empresas de desenvolvimento para participar de eventos técnicos para o projeto da PGE/PA.

Fonte: Diretoria de TI, em 22.11.2021.

ABASTECIMENTO

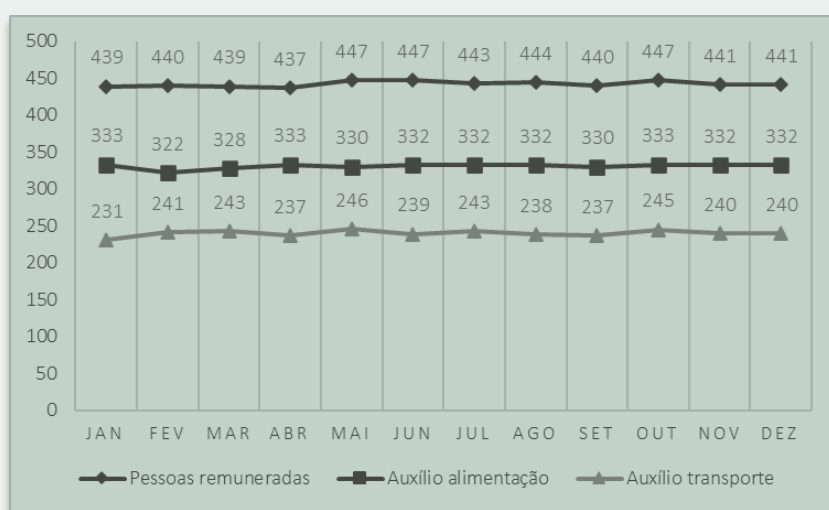
A cota inicial para abastecer a frota foi de 13 unidades (veículos, moto, gerador), mas o órgão manteve a média mensal de 8 unidades móveis abastecidas. Além das restrições com locomoção impostas pela pandemia, o aluguel de veículos foi substituído pela contratação da plataforma Transgov desde 2020, gerenciada pela empresa Yet Go, o que tem proporcionado economia de recursos e aprimoramento da transparência.

RECURSOS HUMANOS

O serviço público revela crescente necessidade de profissionalização e nesse contexto entra em cena o desempenho do servidor público, de quem depende a entrega da missão institucional à sociedade.

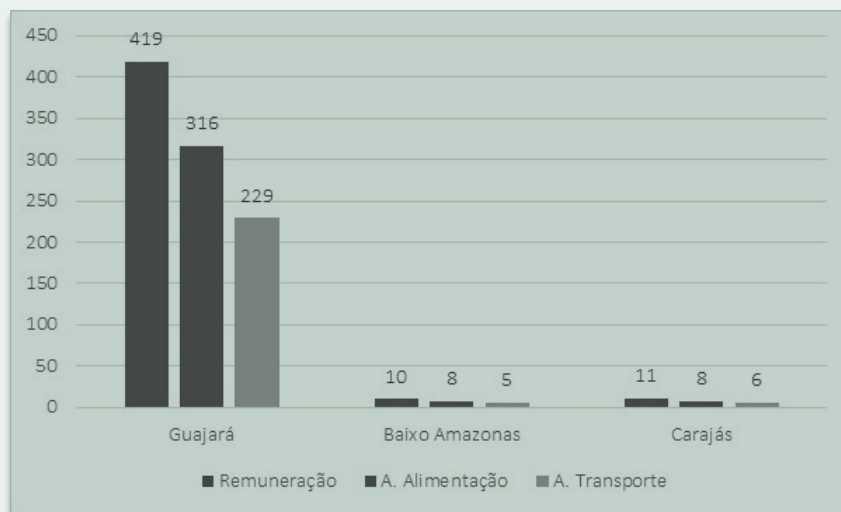
Para cálculo, o Sigplan considera o quadro de pessoal, acrescido do quantitativo de membros do Conselho Superior, Corregedoria e estagiários. Contabilmente fala-se em pessoa remunerada, independente do vínculo jurídico.

Em 2021 a PGE/PA remunerou a média/mês de 442 PESSOAS. Desse total, 331 pessoas em média receberam auxílio alimentação mensalmente e 238 o auxílio transporte. O próximo gráfico indica pouca flutuação ao longo do ano em cada indicador analisado.



Infográfico 10: Quantitativo da remuneração e dos benefícios pagos em 2021.

Fonte: Sigplan, em 19.01.2022.

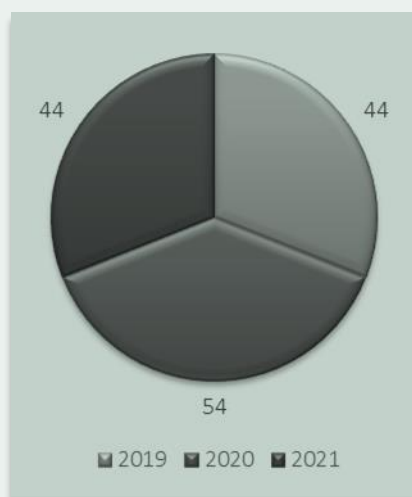


Infográfico 11: Comparativo geral do pessoal por região de atuação em 2021.

Fonte: Sigplan, em 19.01.2022.

Para fins orçamentários, o PPA agrupa o pessoal da PGE/PA lotado em Brasília ao pessoal da região Guajará (Belém), que responde por quase 90% das despesas com pessoal. Essa proporção se manteve estável nos últimos anos.

CONTRATOS



Em 2021 a PGE/PA manteve a média mensal de 44 CONTRATOS, excluídos da conta os contratos de tecnologia da informação, contabilizados em ação própria (GETIC).

Nos últimos três anos a ação também tem sido estável, conforme indica o gráfico ao lado, com ligeiro aumento em 2020 em função de contratações relacionadas à pandemia.

Infográfico 12: Histórico de contratação na PGE/PA – 2019-2021.

Fonte: Sigplan, em 18.11.2021.

A próxima tabela apresenta o detalhamento dos contratos mantidos pela PGE/PA em 2021 (novos e aditados). Alguns itens foram destacados para reforçar a expressiva renegociação contratual promovida pela Diretoria Administrativa e Financeira (DAF) e pela Gerência de Licitações e Contratos (GLIC) desde 2020, o que tem permitido a ECONOMIA DE R\$393.846,99 (trezentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos).

Tabela 5: Contratos e processo de contratação na PGE/PA em 2021 (incluídos contratos de TI).

CONTRATO			PROCESSO DE CONTRATAÇÃO		VIGÊNCIA		VALOR (R\$1,00)	
NÚMERO	CONTRATADO	NATUREZA	NÚMERO	MODALLIDADE	INÍCIO	FINAL	INICIAL	ATUAL
028/2016	Claro S.A.	Serviço de Terceiro	9/2016 SEAD	Licitação	17/11/2016	17/11/2022	R\$ 41.877,96	R\$ 41.877,96
018/2017	Armando Mitsuaki Nakamaru	Serviço de Terceiro	004/2017	Inexigibilidade	08/08/2017	08/08/2022	R\$ 120.000,00	R\$ 108.000,00
021/2017	Wdb Empreendimentos Imobiliários Ltda	Aluguel	06/2017	Dispensa	24/10/2017	24/10/2022	R\$ 102.604,36	R\$ 102.604,36
026/2017	Prodepa	Serviço de Terceiro	009/2017	Dispensa	15/12/2017	15/12/2021	R\$ 21.331,14	R\$ 21.331,14
1003963196	Centrais Elétricas Do Pará S/A	Serviço de Terceiro	004/2017	Dispensa	12/07/2017	12/07/2022	R\$ 48.163,29	R\$ 48.163,29
06/2018	Decolando Turismo e Representação Ltda	Serviço de Terceiro	11/2017	SRP SEAD	01/02/2018	01/02/2022	R\$ 242.428,00	R\$ 193.942,32
15/2018	Conecta Serviços Comércio e Conservação Ltda	Serviço de Terceiro	02/2017	SRP SEAD	26/07/2018	26/07/2022	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00
16/2018	E B Cardoso – Eireli	Serviço de Terceiro	02/2017	SRP SEAD	26/07/2018	26/07/2022	R\$ 325.421,64	R\$ 372.684,36
24/2018	Zênite Informação e Consultoria S.A.	Serviço de Terceiro	07/2018	Inexigibilidade	28/09/2018	28/09/2021	R\$ 7.203,36	R\$ 7.203,36
25/2018	Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento E Eventos	Serviço de Terceiro	08/2018	Inexigibilidade	10/10/2018	10/10/2021	R\$ 1.100,00	R\$ 1.200,00
35/2018	Elevadores Hexcel Ltda	Serviço de Terceiro	005/2018	Pregão Eletrônico	18/10/2018	18/10/2021	R\$ 25.080,00	R\$ 14.976,00
38/2018	Editora Revista Dos Tribunais Ltda	Serviço de Terceiro	10/2018	Inexigibilidade	14/11/18	14/11/22	R\$ 118.300,00	R\$ 17.169,24
04/2019	Netsafe Corp Ltda	Contrato de TI	02/2018	ARP/PRODEPA	22/04/19	22/04/22	R\$ 21.751,50	R\$ 21.751,50
06/2019	Prospera Service Ltda	Serviço de Terceiro	04/2018	SRP/SEGUP	06/05/19	06/05/21	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
13/2019	Kaele Ltda	Serviço de Terceiro	07/2018	SRP/MPPA	15/07/2019	15/07/2022	R\$ 89.999,64	R\$ 95.492,64

14/2019	Imprensa Oficial Do Estado	Serviço de Terceiro	003/2019	dispensa	15/07/2019	15/07/2022	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
16/2019	GMF Locação De Veículos Eireli	Serviço de Terceiro	10/2019	Pregão Eletrônico	06/09/2019	06/09/2022	R\$ 21.105,00	R\$ 21.105,00
19/2019	Objectti Soluções Ltda	Material de Consumo	09/2019	Pregão Eletrônico	08/11/2019	08/11/2022	R\$ 15.480,00	R\$ 15.480,00
21/2019	Systemscopy Ltda	Serviço de Terceiro	12/2019	Pregão Eletrônico	23/12/2019	23/12/2021	R\$ 230.959,20	R\$ 196.315,20
25/2019	Setransbel – Sindicato Empresas de Transporte de Passageiros de Belém	Serviço de Terceiro	06/2019	Inexigibilidade	22/11/2019	22/11/2022	R\$ 19.008,00	R\$ 19.008,00
26/2019	Softplan Planejamento e Sistemas Ltda	Contrato de TI	004/2019	Inexigibilidade	02/12/2019	02/12/2021	R\$ 2.692.850,86	R\$ 2.692.850,86
01/2020	RCVR de Oliveira Ltda	Material de Consumo	02/2019	SRP SEAD	07/02/2020	07/02/2021	R\$ 3.924,00	R\$ 3.924,00
02/2020	Seletiva Brasil Comércio de Alimentos Eireli	Material de Consumo	02/2019	SRP SEAD	17/02/2020	17/02/2021	R\$ 5.994,00	R\$ 5.994,00
04/2020	Drecon Construtora Eireli	Serviço de Terceiro	01/2020	Convite	04/03/2020	27/02/2021	R\$ 327.140,77	R\$ 327.140,77
05/2020	Jonathan de Albuquerque Reino EPP	Material de Consumo	01/2019	ARP/SEAD	12/03/20	12/03/21	R\$ 6.066,00	R\$ 6.066,00
07/2020	KGA Desenvolvimento e Tecnologia Eireli	Serviço de Terceiro	02/2019	SRP SEAD	08/04/20	08/04/22	R\$ 156.323,52	R\$ 156.323,52
1003597466	Equatorial – UC 10148022	Fornecimento Energia Elétrica	01/2020	Dispensa	22/05/20	22/05/22	R\$ 145.570,55	R\$ 145.570,55
08/2020	Pil Pil Informática Eireli	Material Permanente	02-D/2019	ARP PMPA	27/05/20	27/05/21	R\$ 79.845,00	R\$ 79.845,00
09/2020	Amazon Nuts Comércio de Alimentos Eireli	Material de Consumo	01/2020	Pregão Eletrônico	08/06/20	08/06/21	R\$ 45.020,00	R\$ 45.020,00
10/2020	Ariadner da Silva Messias	Material de Consumo	01/2020	Pregão Eletrônico	03/06/20	03/06/21	R\$ 612,36	R\$ 612,36
11/2020	Bid Comercial Eletro Eireli	Material Permanente	01/2020	Pregão Eletrônico	03/06/20	03/06/21	R\$ 16.199,45	R\$ 16.199,45
12/2020	Controlltec Comércio e Serviços	Material de Consumo	01/2020	Pregão Eletrônico	02/06/20	02/06/21	R\$ 1.056,84	R\$ 1.056,84

13/2020	Gaskam Comércio e Construção Civil Eireli	Material Permanente	01/2020	Pregão Eletrônico	04/06/20	04/06/21	R\$ 40.565,54	R\$ 40.565,54
14/2020	Raphael Silva Araújo	Material de Consumo	01/2020	Pregão Eletrônico	03/06/20	03/06/21	R\$ 10.080,00	R\$ 10.080,00
15/2020	Eletron Comércio e Serviços em Informática Ltda	Material de Consumo	01/2020	Pregão Eletrônico	09/06/20	09/06/21	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00
16/2020	Vixbot Soluções em Informática Ltda	Material Permanente	04/2020	Pregão Eletrônico	24/08/20	24/08/21	R\$ 147.000,00	R\$ 147.000,00
17/2020	Xingu Serviços e Soluções Ambientais Ltda	Serviço de Terceiro	03/2020	Pregão Eletrônico	19/08/20	19/08/21	R\$ 21.131,96	R\$ 21.131,96
19/2020	ITS – Instituto de Tecnologia e Sociedade	Serviço de Terceiro	02/2020	Inexigibilidade	03/09/20	31/03/21	R\$ 26.380,80	R\$ 26.380,80
20/2020	ER Soluções Informática Ltda	Material Permanente	48/2019-PJPI/TJPI/SLC	Carona ARP TJPI	23/09/20	23/09/21	R\$ 710.490,00	R\$ 710.490,00
21/2020	Editora Fórum Ltda	Serviço de Terceiro	03/2020	Inexigibilidade	29/09/20	29/09/21	R\$ 82.300,00	R\$ 82.300,00
22/2020	Editora Revista dos Tribunais Ltda	Serviço de Terceiro	04/2020	Inexigibilidade	11/11/20	11/11/22	R\$ 17.010,00	R\$ 18.593,01
23/2020	Empresa Brasileira De Correios E Telégrafos	Serviço de Terceiro	02/2020	Dispensa	30/11/20	30/11/21	R\$ 240.000,00	R\$ 240.000,00
01/2021	Objeccti Soluções Ltda	Material de Consumo	06/2020	Pregão Eletrônico	08/01/21	08/01/22	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
02/2021	Lottus Comércio de Alimentos	Material de Consumo	05/2020	Pregão Eletrônico	18/01/21	18/01/22	R\$ 13.725,00	R\$ 13.725,00
03/2021	Engevisa Serv de Engenharia	Serviço de Terceiro	07/2020	Pregão Eletrônico	12/02/21	12/02/22	R\$ 143.592,00	R\$ 143.592,00
04/2021	Comatel Comércio Materiais	Material de Consumo	02/2021	Cotação Eletrônica	19/02/21	19/02/22	R\$ 3.480,00	R\$ 3.480,00
05/2021	Recuperar Dados HD Ltda	Serviço de Terceiro	01/2021	Dispensa	09/04/21	05/10/21	R\$ 13.426,00	R\$ 13.426,00

06/2021	Prodepa	Contrato de TI	02/2021	Dispensa	18/05/21	18/05/22	R\$ 626.132,40	R\$ 626.132,40
07/2021	Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE	Serviço de Terceiro	03/2021	Dispensa	22/06/21	22/06/22	R\$ 25.200,00	R\$ 25.200,00
08/2021	TOTHBE – Treinamentos e Soluções Corporativas	Serviço de Terceiro	01/2021	Inexigibilidade	20/07/21	20/11/21	R\$ 48.750,00	R\$ 48.750,00
09/2021	Editora Fórum Ltda	Serviço de Terceiro	02/2021	Inexigibilidade	11/08/21	11/08/22	R\$ 269.474,00	R\$ 269.474,00
10/2021	Zênite Informação e Consultoria S.A.	Serviço de Terceiro	03/2021	Inexigibilidade	20/08/21	20/08/22	R\$ 10.387,00	R\$ 10.387,00
11/2021	Fox Store Ltda	Material de Consumo	05/2021	Pregão Eletrônico	16/09/21	16/09/22	R\$ 13.170,96	R\$ 13.170,96
12/2021	Volt Material Elétrico	Material de Consumo	05/2021	Pregão Eletrônico	16/09/21	16/09/22	R\$ 5.104,97	R\$ 5.104,97
13/2021	Disprol – Distribuidora de Produtos Eireli	Material de Consumo	06/2021	Pregão Eletrônico	16/09/21	16/09/22	R\$ 1.194,00	R\$ 1.194,00
14/2021	Blend BR Comércio de Artigos Promocionais	Material de Consumo	005/2021	ARP/SEPLAD	22/09/21	22/09/22	R\$ 6.165,00	R\$ 6.165,00
15/2021	Claro S.A.	Serviço de Terceiro	01/2021	ARP/SEPLAD	29/09/21	29/09/22	R\$ 8.282,40	R\$ 8.282,40
16/2021	SCG Presentes e Serviços Ltda	Material de Consumo	005/2021	ARP/SEPLAD	01/10/21	01/10/22	R\$ 6.525,00	R\$ 6.525,00
17/2021	Prodepa	Serviço Tecnologia	04/2021	Dispensa	15/10/21	15/10/22	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00

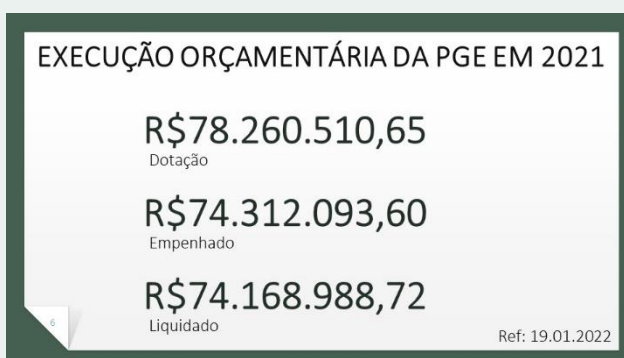
Fonte: Gerência de Licitações e Contratos, em 18.11.2021.



4 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A PGE/PA atua em três regiões de integração: GUAJARÁ (Belém), BAIXO AMAZONAS (Santarém) e CARAJÁS (Marabá), onde executa dois programas de governo: GOVERNANÇA PÚBLICA e MANUTENÇÃO DA GESTÃO. As fontes de recurso analisadas foram: Tesouro Ordinário (0101 e 0301) e Tesouro Vinculado (0140 e 0340), que corresponde ao Fundo PGE.

Os relatórios que permitiram esta avaliação foram extraídos do Sigplan em 19.11.2021 e indicam que, até essa data, a PGE/PA contava com uma dotação orçamentária da ordem de R\$78.260.510,65, já tendo liquidado R\$ 74.168.988,72 (95%).



A análise global do desempenho orçamentário do órgão em 2021, no comparativo com o Orçamento-Geral do Estado (OGE), indica excelentes índices de execução orçamentária (95%) e baixo índice de restos a pagar não processados, correspondente a R\$143.104,88 (0,19%).

Em relação às fontes, importante destacar que a maior parte do orçamento executado pelo órgão em 2021 foi proveniente do Tesouro Ordinário (fonte 101).

0	Soma de DOT. REAL	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
FEPGE-0140	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
FEPGE-0340	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
ORDINÁRIO-0101	R\$75.036.029,20	R\$71.641.578,95	R\$71.594.483,07
ORDINÁRIO-0301	R\$3.224.481,45	R\$2.670.514,65	R\$2.574.505,65
Total Geral	R\$78.260.510,65	R\$74.312.093,60	R\$74.168.988,72

Infográfico 13: Execução orçamentária da PGE/PA por fonte em 2021.

Fonte: Sigplan, em 19.01.2021.

Quanto às despesas, a PGE/PA as agrupa em três grupos no OGE: i) investimentos; ii) pessoal e seus encargos; e iii) outras despesas correntes. Em relação aos

programas que executa, o Manutenção da Gestão teve melhor desempenho (95%) que o programa Governança Pública (5%). O objetivo do Programa Manutenção da Gestão é viabilizar a gestão administrativa e sua melhor execução se deve em função das ações que ele contempla apresentarem desembolso regular. Tal programa assegura, por exemplo, a cobertura da folha de pagamento, seus encargos, e o pagamento dos contratos administrativos que garantem o funcionamento do órgão.

0	Soma de DOT. REAL	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Governança Pública	R\$4.783.016,65	R\$3.436.600,01	R\$3.309.627,01
Manutenção da Gestão	R\$73.477.494,00	R\$70.875.493,59	R\$70.859.361,71
Total Geral	R\$78.260.510,65	R\$74.312.093,60	R\$74.168.988,72

Infográfico 14: Execução orçamentária da PGE/PA por programa em 2021.

Fonte: Sigplan, em 19.01.2021.

Cumprir destacar que todas as ações do programa Manutenção da Gestão tiveram execução orçamentária acima de 55%, com ressalva apenas na atividade “abastecimento de unidades móveis”, readequada para substituir aluguel de veículos por contratação da plataforma Transgov, gerenciada pela Yet Go.

Em relação às ações, o gráfico a seguir apresenta o detalhamento:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PGE EM 2021 POR AÇÃO

0	Soma de DOT. REAL	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	R\$48.000,00	R\$38.710,45	R\$32.710,45
Capacitação de Agentes Públicos	R\$100.000,00	R\$0,00	R\$0,00
Concessão de Auxílio Alimentação	R\$2.500.318,00	R\$2.385.935,96	R\$2.385.935,96
Concessão de Auxílio Transporte	R\$318.832,00	R\$290.223,71	R\$290.223,71
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	R\$330.000,00	R\$316.332,78	R\$316.332,78
Defesa dos Direitos do Estado	R\$1.284.812,20	R\$366.831,39	R\$246.858,39
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	R\$45.000,00	R\$40.133,26	R\$33.133,26
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$3.023.204,45	R\$2.713.302,58	R\$2.713.302,58
Operacionalização das Ações Administrativas	R\$2.649.276,00	R\$1.612.972,81	R\$1.602.840,93
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	R\$67.961.068,00	R\$66.547.650,66	R\$66.547.650,66
Total Geral	R\$78.260.510,65	R\$74.312.093,60	R\$74.168.988,72

Infográfico 15: Execução orçamentária da PGE/PA por ação em 2021.

Fonte: Sigplan, em 19.01.2021.

5 O QUE IREMOS FAZER EM 2022

A avaliação de resultados adquiriu especial importância quando instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento passaram a fomentá-la na implementação de reformas no serviço público (Santos e Cardoso, 2001).

A gestão pública por resultados é considerada uma prática da boa governança que estimula o poder público a alcançar *accountability* e melhorar seu desempenho institucional. Trata-se de estratégia que materializa a meta 16.6, proposta pela ONU, e assumida pela PGE/PA, no sentido de viabilizar o desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

A gestão pública por resultados é viabilizada por diversos mecanismos gerenciais. Começa com o planejamento estratégico, passa pela ampliação da flexibilidade gerencial, e alcança a avaliação de desempenho, ou seja, *feedback* da sociedade sobre a execução das políticas públicas.

A tabela a seguir apresenta as metas alcançadas pela PGE/PA em 2021 e propõe a revisão das metas para 2022:

Tabela 6: Revisão do planejamento para 2022.

	METAS ATENDIDAS	METAS MANTIDAS
CONCILIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Projeto de Lei para expandir Câmara de Conciliação e incorporar temas tributários;• Integração da Campge ao sistema público de defesa do cidadão, com posto de atendimento na Defensoria Pública.	<ul style="list-style-type: none">• Plano de Redução de Litigiosidade, com mutirões de baixa processual, desistência de ações e coletivização de demandas;• Aumentar número de conciliações;• Reparação Administrativa de Danos.
SEGURANÇA JURÍDICA	<ul style="list-style-type: none">• Procuradoria do Contencioso Administrativo junto a Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e órgãos com litígio administrativo.	<ul style="list-style-type: none">• Maior acompanhamento de processos fora do Estado;• Ampliar o NUCAD para administração Indireta e outros Poderes;• Reorganizar assessoramento jurídico da Administração Indireta;
GETIC	<ul style="list-style-type: none">• Avanços na Gestão Documental.	<ul style="list-style-type: none">• Implantar Portal LegisPGE;• Avançar na Gestão Documental;• Migrar do SAJ para o SAPIENS.



FUNDIÁRIA E AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar sistemas SAJ e PAE para potencializar resultados. • Criar banco de modelos de peças; • Migrar processos para o SAJ.
ATOS DO EXECUTIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Promover cursos para aprimorar servidores; • Realizar treinamentos sobre técnica legislativa e pesquisa jurisprudencial; • Manter atualizados os contatos das consultorias jurídicas do Estado; • Expandir digitalização de processos. • Organizar FTP em pastas e subpastas; • Aprimorar a padronização de atos; • Organizar arquivos digitalizados; • Identificar assuntos repetitivos; • Uniformizar despachos analíticos; • Intensificar aproximação entre assessores e Procuradores.
PRECATÓRIOS E RPV	<ul style="list-style-type: none"> • Pensar coletivamente projetos que envolvam mais de um setor. EX: CAMPGE e mutirões de conciliação, que aumentam pagamentos; • Estruturar Setor de Cálculos e Coordenação Financeira para absorver impactos de projetos em outros setores; • Criar estrutura Central de Atendimentos e treinar servidores; • Ampliar número de Servidores e Procuradores; • Planejar os pagamentos dos débitos estaduais. • Incluir dispositivo na OS 01, para prever dispensa de laudo de auditoria em processos com anuência do ente público sobre valor em Cumprimento de Sentença e em casos em que autor aceitar valor apontado em Impugnação; • Criar novos modelos de Laudos de Auditorias de Precatórios e RPVs; • Propor ao TJ/PA alteração da Resolução 29/2016 para disciplinar processamento de RPVs e facilitar pagamentos por ordem bancária nas hipóteses do autor não possuir conta, ou não apresentar dados bancários.
CÍVEL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Padronizar peças processuais com Visual Law; • Acompanhar processos fora do Estado; • Migrar do SAJ para o SAPIENS; • Desenvolver programa de ginástica laboral; • Organizar salas para audiências e reuniões virtuais. • Criar manual para os estagiários da PCTA; • Atualizar Ordens de Serviço de dispensas; • Atualizar Cartilha FarmaJus.
DEMANDAS DE MASSA	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar cursos para assessores e estagiários sobre as competências da PDM; • Equalizar a distribuição processual na assessoria; • Atualizar manual de fluxos e procedimentos internos.



REGIONAL SANTARÉM	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar e ampliar rol de dispensas; • Melhorar informações prestadas pela SEFA; • Acessar relatório de obras e reformas de prédios públicos, especialmente escolas; • Contratar ferramentas Visual Law; • Realizar treinamento em Visual Law; • Fazer atualizações para agilizar o SAJ; • Migrar para o SAPIENS. 	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar a redistribuições de servidores da SEDUC para a PGE/PA em Santarém; • Adquirir camionete com tração 4x4 para possibilitar acesso terrestre a municípios; • Obter cessão sobre imóvel da SETRAN para nova sede da Regional.
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalizar a movimentação de servidores entre setores; • Aprimorar comunicação sobre fluxos do SAJ; • Promover treinamentos e cursos sobre SAJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • Celebrar Convênio com MP/PA para não persecução cível em hipóteses de improbidade; • Aumentar diálogo e atuação preventiva com o TCE/PA; • Aumentar diálogo com a Administração Direta; • Aumentar proximidade, diálogo e contato com o MP/PA; • Absorver contencioso administrativo das 3ª e 4ª Regionais.
SETORIAL BRASÍLIA	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear fluxos de trabalho, com fluxograma para cada tarefa e rotina para eliminar gargalos, evitar retrabalho e definir melhor as atribuições por servidor. 	

Fonte: Coordenações das Procuradorias Especializadas da PGE/PA.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o serviço público se articula em três pilares: i) separação de poderes; ii) padronização de procedimentos; e iii) hierarquia. O desequilíbrio entre esses pilares gera disfunções relacionadas ao excesso de formalismo, cria resistência a mudanças e produz burocracia. Esses três gargalos dão origem à paralisia decisória.

No Brasil, a administração pública passou por diversas reformas e evoluiu do modelo burocrático para o gerencial a fim de se aproximar da sociedade a partir da incorporação de valores como transparência, integridade, diálogo e inovação.

A grande reforma administrativa em nosso país ganhou importância em 1995 com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, do então Ministro Bresser Pereira, e se materializou em 1998, com a Emenda Constitucional Nº19. Desde então, o foco da gestão pública passou a ser a eficiência e deixamos de nos focar em processos para nos concentrar em resultados.

Arretche (2001) destaca três critérios de avaliação das políticas públicas: eficiência, eficácia e efetividade, no que é seguido por Machado (2002), que igualmente defende que os gestores públicos necessitam reunir informações gerenciais para executar políticas públicas com eficiência, eficácia e efetividade.

Tais autores são complementados por Malmegrim e Michaud (2003), e muitos outros, que acrescentam a necessidade da adoção de abordagens sistêmicas de monitoramento para materializar tais conceitos e traduzi-los em otimização de recursos.

O axioma é complexo e requer uma equação que varia em função das variáveis eleitas pelo gestor. Por exemplo, uma instituição pública que foca na eficiência, via redução de custos e aumento de produtividade, pode comprometer a qualidade do serviço que presta à sociedade. Por outro lado, atuar com eficiência e eficácia, por si só, não garante efetividade, conceito que abarca os efeitos/impactos diretos e indiretos decorrentes das políticas públicas.

Este Relatório de Gestão reúne subsídios que indicam que a atuação da PGE/PA em 2021 se manteve baseada no “triplo E da excelência”. Em primeiro plano, por apresentar números que corroboram a eficiência da execução orçamentária e otimização de recursos públicos, bem como a



recuperação de mais de R\$42 milhões em créditos tributários já inscritos em dívida ativa e bloqueio de R\$ 14 milhões em contas correntes de devedores do fisco.

Em segundo lugar, o relatório demonstra eficácia sob o ponto de vista da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados pela PGE/PA, com ampliação da conciliação e da transação para matérias tributárias e realização pesquisas de opinião / escuta ativa.

E, em último lugar, mas não menos importante, este relatório comprova efetividade, tendo em vista a movimentação de 93.359 processos em 2021 (7.780 processos/mês).

Segundo o IPEA, “efetividade é a capacidade de alcançar os resultados pretendidos” (2001, p.2). Então, a considerar a missão da missão da PGE/PA como a defesa dos direitos do Estado do Pará, a performance institucional do órgão em 2021 indica o estabelecimento de novos recordes de movimentação processual, e comprova a efetividade da sua atuação.

Ao submeter a avaliação do desempenho organizacional ao crivo do cidadão paraense, a PGE/PA reitera seu histórico compromisso com a promoção da transparência e fortalece os pilares da democracia, pois coloca a sociedade no foco da sua atuação, tanto no papel de cliente (destinatário dos serviços públicos), quanto na função de controle social para impulsionar o processo de melhoria constante.



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabete Melo (org). Avaliação de políticas sociais. São Paulo: IEE, 2001.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI.HTM>. Acessado em 28.10.2021.

CAVALCANTI, Bianor Scelza, OTERO, Roberto Bevilacqua. Novos padrões gerenciais no setor público: medidas do governo americano orientadas para o desempenho e resultados. Texto para Discussão n.º 16. Brasília: MARE/ENAP, 1997.

COBAITO, F. C. Planejamento Estratégico Situacional: Um Estudo Bibliométrico em Bases de Dados Nacionais entre 2013 e 2018. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 8, n. 1, p. 101-115, 2019.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 15 (4), 2001.

DRUCKER, P. The Progress of Management. Irwin, 1998.

FERNANDES, Bruno R. Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. São Paulo: Saraiva, 2005.

HART, P.; WILLE, A. Bureaucratic politics: opening the black box of executive government. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. The SAGE Handbook of public administration. London: Sage, 2012.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. Estrutura Internacional para Relato Integrado (versão em português). Maio de 2014. Disponível em: <<http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>>. Acessado em 28.10.2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/wXKMLW>>. Acessado em 04.11.2021.

LUZ, Ricardo Silveira. Clima organizacional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.



MATIAS-PEREIRA, J. Manual de Gestão Pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, N. Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. 2002. 221f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MALMEGRIM, M. L.; MICHAUD, C. Modelagem organizacional para ação e controle estratégico: guia metodológico. Brasília: [s.n.], 2003.

MINTZBERG, AHLSTRAND E LAMPEL, Henry et al. Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

PORTER, M. E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. 19.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 90-101, jan./jun. 2013.

PALUDO, A. Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2017.

PINA, V. M. D. C. Inteligência estratégica nos negócios. São Paulo: Atlas, 1994.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, dez. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ht9y30>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SANTOS, L. A. dos; CARDOSO, R. L. dos S. Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: problemas e perspectivas. In: CONCURSO DE ENSAYOS DEL CLAD, 2001. Caracas.



